

Resenha de SCHMIDT,
Clarissa Moreira dos
Santos. *A construção do
objeto científico na trajetória
histórico-epistemológica da
Arquivologia*. São Paulo:
Arq-SP, 2015.

Arquivologia: abordagens e Objetos

Natália Bolfarini Tognoli

Bacharel em Arquivologia, Mestre e Doutora em Ciência da
Informação e Professora Assistente do Departamento de Ciência
da Informação da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade
Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP)
nataliatognoli@marilia.unesp.br

Os últimos trinta anos podem ser considerados verdadeiros divisores de água na teoria (*saber*) e prática arquivística (*fazer*) tal como as conhecemos. Entre os anos de 1980 e 2015 (trinta e cinco anos, portanto) centenas de obras, dentre elas artigos, livros e manuais, foram publicadas no intuito de compreender as mudanças significativas que a disciplina sofreu, notadamente a partir das novas tecnologias de informação que, conseqüentemente, influenciaram nas novas formas de produção e organização do conhecimento arquivístico.

Neste contexto, alguns países e autores se destacaram ora em uma empreitada de ressignificações teóricas e conceituais, ora na justificativa de manutenção da aplicação de princípios e conceitos clássicos da Arquivologia. Como exemplo, podemos citar, aqui, o Canadá com seus representantes tanto da parte francófona, (Arquivística Integrada) quanto da parte anglo-saxã (Arquivística Pós-moderna), a Austrália e a Nova Zelândia (*Records Continuum*), Portugal (Arquivística Pós-Custodial) e também o Brasil, cuja maior contribuição é a capacidade de confluência dessas abordagens e a profundidade com que seus teóricos têm explorado as convergências e divergências que emergiram no seio da teoria e prática arquivística nos últimos anos.

Arrisco, aqui, a dizer que, em que pesem as importantíssimas contribuições dos autores considerados “clássicos” para o desenvolvimento da disciplina, desde 1898, as novas abordagens e seus autores são responsáveis por manter acesa a chama do desenvolvimento da Arquivística, uma vez que revisitam constantemente os clássicos e seus conceitos, a fim de discutí-los, justificá-los e aplicá-los à documentação arquivística contemporânea.

É exatamente neste sentido que o livro de Schmidt enquadra-se como leitura fundamental, garantindo à autora um papel de destaque na literatura científica da área, especialmente no contexto brasileiro, uma vez que se pretende analisar como o Objeto científico da Arquivologia se constitui a partir de um estudo sobre a trajetória histórico-epistemológica da área, trajetória essa que perpassa os clássicos como Jenkinson e Schellenberg, desaguando em Cook, Thomassen, Scott, Rousseau, dentre outros.

Em sua introdução, Schmidt nos aponta a dificuldade em estabelecer uma definição precisa do Objeto científico da Arquivologia, em decorrência, talvez, de uma pluralidade de entendimento quanto à natureza da área, entendida por alguns autores como **ciência** (Cruz Mundet, Alberch Fugueras, Ribeiro, Heredia Herrera, Duchein, Duranti), **técnica** (Tallafigo), disciplina técnica (Battelli, Tanodi), **disciplina em desenvolvimento** (Thomassen) ou **disciplina científica** (Bellotto, Tognoli, Marques, Gagnon-Arguin, Cook, Nesmith). No entanto, para que não haja dúvida com relação à posição da autora, a Arquivologia é entendida como uma ciência em construção, sinônimo de disciplina científica. Outra razão para as diferentes concepções sobre o Objeto científico é a constante mudança e evolução na forma de produção dos documentos, bem como de sua natureza, resultados de processos históricos e epistemológicos imbricados neste contexto. Neste sentido, justifica-se a importância do estudo histórico-epistemológico da Arquivologia para o entendimento de seu Objeto de estudo.

No primeiro capítulo, intitulado “Arquivologia: entre saberes e fazeres”, a autora nos apresenta algumas reflexões acerca dos significados e conceitos de ciência, disciplina e técnica em relação à Arquivologia, apresentando e analisando como os pensadores da área a classificam em relação à sua natureza, partindo da literatura específica brasileira, italiana, argentina, espanhola, canadense, mexicana, alemã, inglesa, portuguesa e francesa. O resultado é um quadro síntese das definições da natureza do conhecimento da Arquivologia por autor e seu respectivo país, o que nos permite compreender o contexto no qual os significados e conceitos foram cunhados.

No segundo capítulo, cujo título é “Por uma história dos arquivos e da Arquivologia”, a autora retoma os estudos com base na literatura da comunidade científica de cada país a fim de construir uma história dos arquivos e da Arquivologia para compreender como as diferentes acepções histórico-epistemológicas contribuem para a definição do Objeto científico. Assim, cita-se Schmidt (20015, p. 79) quando esta declara que “pensar a história de uma ciência é ir às suas origens e compreender a constituição de seu *saber*, assim, analisar a história dos arquivos é pensar a trajetória da Arquivologia, lugar no qual, com os olhos de hoje, vivemos e construímos a área”.

Ainda neste segundo capítulo são apresentados os manuais clássicos da Arquivologia, responsáveis por dar a ela a característica científica. Desta feita, destacam-se o Manual de Arranjo e Descrição de Arquivos (1898), de Muller, Feith e Fruin; o Manual de administração

de arquivo (1922), de Hilary Jenkinson; o Manual de Arquivística (1928), de Eugenio Casanova e; Archivkunde (1953), de Adolf Brenneke. O campo dos arquivos e a fundação do Arquivo Nacional no Brasil também fazem parte do capítulo. Ao final, um quadro síntese das abordagens teóricas da Arquivística Clássica nos é apresentado.

Seguindo uma ordem histórico-epistemológica, Schmidt segue com os estudos dos autores e das abordagens da Arquivologia Moderna, apresentando o terceiro capítulo, intitulado “Arquivologia Moderna: em cena, os documentos administrativos e o aumento da produção documental”. Aqui, a autora caracteriza como moderno o período que se segue após a Segunda Guerra Mundial até o final da década de 1980, no ocidente. Neste período, as preocupações com a organização dos documentos históricos, objeto da Arquivologia Clássica, dão lugar à busca pela compreensão dos documentos administrativos, em âmbito arquivístico. Assim, a autora nos oferece um estudo sobre o contexto social, econômico e político em que emerge essa nova abordagem, refletindo sobre “como as teorias, funções, valores e usos os documentos de arquivo passam a receber e exercer a partir de então” (Schmidt, 2005, p. 120).

Assim, são discutidos os valores dos documentos de arquivo, cunhados por Schellenberg (1956), símbolo americano dos Arquivos Modernos e importante teórico da avaliação dos documentos, bem como as definições e diferenças entre *records* e *archives*. A polêmica abordagem de Peter Scott e o “sistema de séries”³ australiano também é parte do capítulo, constituindo um grande diferencial da obra de Schmidt, uma vez que essa abordagem é raramente discutida por autores brasileiros. Scott sugere, já em 1964, o abandono da abordagem do *record group*, preconizando a organização (classificação e descrição) por séries documentais baseadas nas funções, uma vez que entendia o documento em um novo contexto de produção, com múltiplas proveniências. Ao autor atribui-se a fundação da Arquivística pós-custodial, posteriormente explicada por Schmidt.

Destaca-se, ainda, no capítulo três, a contínua preocupação da autora em contextualizar também o Brasil. Para tanto, Schmidt nos conta sobre a vinda de Schellenberg ao Brasil, na década de 1960, com o objetivo de auxiliar os programas de reforma do Arquivo Nacional, bem como sobre dois marcos significativos para a área no país: a fundação da Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB), em 1971, e a realização do Primeiro Congresso Brasileiro de Arquivologia, em 1972. Ao final do capítulo, a autora nos explica que a Arquivologia Moderna é uma fase paradigmática “pois além de conviver com os princípios e teorias preconizados pela Arquivologia Clássica, alarga seu campo de atuação com a introdução de documentos administrativos no *fazer* e no *saber*” (2015, p. 148).

Com o quarto capítulo, intitulado “Arquivologia contemporânea: custodial x pós-custodial”, a autora fecha toda a trajetória histórico-epistemológica da área ao discutir a disciplina face às mudanças que as novas tecnologias de informação, as transformações políticas, econômicas, sociais e culturais experimentadas pela sociedade no final do

século XX exerceram no *fazer* e no *saber* arquivístico. Para tanto, a autora identifica a Arquivologia contemporânea a partir de diferentes contextos e abordagens que a caracterizam e como estas irão construir seus paradigmas “revisitando, rejeitando, reafirmando ou ampliando teorias, funções, métodos e princípios estabelecidos no processo histórico-epistemológico de seu desenvolvimento” (Schmidt, 2015, p. 154).

O capítulo enriquece a discussão sobre a Arquivologia e a construção de seu Objeto ao conseguir englobar todas as novas abordagens que emergiram no contemporâneo, consideradas “tradicionais”, “custodiais”, “pós-modernas” ou pós-custodiais” pelos vieses do *saber* e do *fazer*. Dentre elas, a autora destaca as seguintes abordagens: a) *Records Continuum* (Austrália) que contrapõe a teoria das três idades e a separação entre *records* e *archives* (documentos administrativos e documentos históricos), defendendo o papel do arquivista já na fase de produção dos documentos; b) *Arquivística Integrada* (Canadá francês) onde a gestão da informação deve subsidiar a gestão de documentos, integrando as três fases, definidas como ativa, semiativa e inativa, também reforçando o papel do arquivista já na produção documental; c) *Arquivística Pós-custodial* (Portugal) busca inserir a disciplina em uma ciência maior, a Ciência da Informação, assim, a Arquivologia torna-se pós-custodial com preocupações voltadas mais à cientificidade e ao acesso à informação de que com a guarda/custódia dos documentos de arquivo; d) *Arquivística Pós-moderna ou funcional* (Canadá Inglês) que apoia-se na análise funcional do processo de criação dos documentos, buscando ressignificar o *saber* e o *fazer* arquivístico; e) *Diplomática arquivística/ contemporânea* (Canadá Inglês/Itália) que apresenta o método diplomático subsidiando as funções arquivísticas na complexa tarefa de compreensão do contexto de produção dos documentos de arquivo. Ao final do capítulo, um quadro síntese das abordagens nos é apresentado.

O quinto capítulo do livro, intitulado “Concepções e Contextualizações” nos elucidava que o Objeto científico da Arquivologia permanece por um longo tempo inalterado considerando-se o documento de arquivo. Enquanto diferentes formas de *saber* e de *fazer* foram construídas através do tempo, as concepções relativas ao Objeto só começam a mudar quando a informação resultante de uma função administrativa não está mais materializada necessariamente em um suporte físico. Isso acontece notadamente na Arquivologia Contemporânea, encontrando espaço de discussão dentro das abordagens que nos foram apresentadas no capítulo anterior. Neste contexto, a autora nos apresenta as concepções do que seria o Objeto científico da área segundo as abordagens. São elas: *Arquivo e Documentos de arquivo* (Mendo Carmona, 1995, 2004; Martin-Pozuelo Campillos, 1996, 2009; Antonia Heredia Herrera, 1993, 2011; Luciana Duranti, 1994); *Informação Social* (Armando Malheiro da Silva, 1999; 2000; 2002; Fernanda Ribeiro, 1999; 2002; 2003); *Informação Orgânica* (Rousseau e Couture, 1998); *Process-Bound Information* (Theo Thomassen, 1999).

Ainda no capítulo 05, a autora nos apresenta, mais uma vez, a realidade brasileira no tocante à sua produção literária sobre Arquivologia e seu Objeto científico, demonstrando

discursos encontrados na revisão de literatura brasileira que discorrem sobre o Objeto. Assim, destaca os autores Lopes (1996;1999), Fonseca (1998;2005), Jardim (1999, 2011) entre outros que definem a *informação* enquanto Objeto da área. Os autores Cunha e Cavalcanti (2008), Arquivo Nacional (2005), Castro, Castro e Gasparian (1985), Camargo (1994; 2009) e Bellotto (1989; 2002; 2010; 2012) foram selecionados por apresentarem o *arquivo e documentos de arquivo* como Objeto.

Ao constatar as dificuldades em estabelecer as definições que cercam o Objeto científico da Arquivologia em campo brasileiro somente a partir da revisão de literatura nacional e internacional, Schmidt parte, no capítulo 06, “O campo dos Arquivos Brasileiro”, para um diálogo com os pesquisadores brasileiros que participaram da I Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (Reparq), representantes das universidades. Nesse sentido o capítulo identifica os termos e o momento de configuração da Arquivologia enquanto campo científico no Brasil e a formação dos arquivistas, os motivos que levaram à criação da Reparq e, mais importante, qual o ponto de vista desses pesquisadores acerca do Objeto científico da Arquivologia.

Schmidt conclui o livro com algumas indagações e respostas que nos ajudam a compreender a natureza da Arquivologia e de seu Objeto. Para a autora, a Arquivologia é resultado de um processo que tem origem na própria história dos arquivos e que se desenvolve como área do conhecimento na constante interação do *fazer* com o *saber*. O tão procurado consenso sobre seu Objeto jamais será encontrado, visto que a Arquivologia é inserida no campo do *saber* a partir de diferentes posições, ora como ciência autônoma, ora como subárea da Ciência da Informação ora como técnica, conforme demonstrado na introdução do trabalho. No entanto, este trabalho nos demonstra que isso não é um problema. Muito pelo contrário. Diferentes concepções sobre a natureza de uma área e de seu objeto podem ser combustível para seu crescimento, afinal, nunca se discutiu tanto a Arquivologia como nos últimos 30 anos e essa discussão só foi possível a partir do *progresso da tecnologia documental*, como bem destacou a autora, que colocou o Objeto como centro da questão.

Por fim, concluí-se que a obra de Schmidt é fruto desta nova realidade. A busca pelo conhecimento do Objeto da Arquivologia leva a autora a traçar sua trajetória histórico-epistemológica, identificando uma área polarizada, sim, mas também estruturada. Ao final, percebe-se que a autora não se deixa levar pelo sedutor discurso pós-moderno, ou pelo controverso discurso da informação, mantendo seu foco na relação entre o documento de arquivo e seu contexto ou, como prefere dizer, na *verdade arquivística*.

Recebido em 07/04/2016

Aprovado em 10/05/2016